

A POLÍTICA E O PODER NO IMPÉRIO: Minas e a Corte

Patrícia Falco Genovez¹ - UNIVALE

Encarar a política a partir de seus diferentes dramas, exige uma visão multifocal e multipolar da sociedade imperial.² Um debate que sabemos não ser novo na historiografia, principalmente aquela voltada para a história colonial.³ Esta relação pode ser apreciada de diferentes ângulos: 1) à questão territorialista, evocando a transformação geográfica do espaço no qual a elite mineira se enraíza, indicando-se ainda alguns traços de sua relação com o centro do Império; 2) intrinsecamente relacionado ao item anterior, à formação de diferentes regiões na província mineira e de seu universo partidário; 3) às titulações que perpassam o mundo da política mineira os quais intensificam e dão contornos mais nítidos às suas redes de influência.

O enfoque sobre Minas Gerais ocorre em face de algumas singularidades: 1) um enorme contingente populacionais do Brasil, com destaque para a população escrava de origem africana; 2) a instalação muito precoce, em seu território, de uma complexa rede de agentes administrativos associados à lucrativa atividade mineradora; 3) a organização de um grande número de instituições de caráter religioso na província; 4) sua importância em termos do abastecimento do centro sul do Brasil, na virada do século XVIII para o XIX; 5) o grande número de políticos que se denominavam liberais numa província que possuía a maior população escrava do Império. Esses são aspectos que lançam ao historiador o desafio constante de propor o caso mineiro, ora como exemplar do que ocorria em várias partes do Império, ora como singular, apontando especificidades da província.

Mas, dadas as pretensões limitadas do presente trabalho, se torna imperioso propor alguns recortes, mesmo que se reconheça a importância de vislumbrar a estrutura estatal herdada do Império português e sustentada nos paradigmas jurisdicionalista, poli-sinodal e burocrático.⁴ Não temos a intenção de perder de vista a dinâmica entre esses paradigmas, o que não nos impede de fixar nossa proposta em apenas um aspecto: as redes clientelistas, que tanto informavam quanto eram informadas por tais paradigmas. A questão clientelista

será tratada na perspectiva de mostrar algumas das engrenagens de poder dentro da política mineira e no sentido de perceber as ligações familiares, de amizade e de compadrio que se estabeleceram tanto na Assembléia Provincial quanto na Assembléia Geral, assim como, apontando a importância dessas relações nas nomeações executadas na Corte, sejam elas referentes a cargos de grande relevância como o de Senador do Império, seja para os cargos do aparato judiciário.

Esse recorte nos permitirá uma análise da sociedade política mineira sob um novo ângulo, ainda pouco explorado, tomando por pressuposto as heranças advindas do Antigo Regime Português, o qual encontra-se baseado numa visão cosmogônica e orgânica da sociedade. Tal recorte nos leva a avançar, em certa medida, em relação à proposta de Richard Graham que vê no clientelismo o elemento que “constituía a trama da política, no Brasil do século XIX, e sustentava virtualmente todo o ato político”.⁵ Intrinsecamente relacionado ao poder político e às complexas imbricações relacionais que abrangem as noções de centro e periferia, nossa proposta é perceber o clientelismo – estabelecido entre o Estado e os diferentes grupos sociais – não como elemento constituidor da trama política, mas como mais uma estratégia de barganha, plenamente aceitável e, porque não dizer, esperada no comportamento político brasileiro, herdado de Portugal. São estas heranças portuguesas que darão o perfil dos valores da sociedade da época, quais sejam: honra e tradição, assim como a noção de indivíduo, sempre vinculado a um grupo ou função social. Esses elementos estarão, por sua vez, informando as relações e as trocas de favores, numa rede infundável de influências e amizades (redes clientelistas) que ganham dinâmica no que podemos chamar de *economia política de privilégios*, rompendo com a visão dicotômica entre centro e periferia e abrindo espaço para se pensar o conceito de economia do bem comum, qual seja, o contexto no qual as mercês e os cargos administrativos eram tratados como estratégias e/ou instrumentos de negociação, num mercado regulado pela cultura política e pela oferta e pela procura.⁶ Não obstante, para realizar tal intento, é preciso ter em mente o aparato administrativo e jurídico instalado na província mineira, o controle social

empreendido, a formação das instâncias de poder e das famílias que dominavam tal cenário em Minas. Este último tópico constitui nosso principal exemplo explicativo.

Em primeiro lugar, realçamos a complexidade envolvida na discussão dos termos centro e periferia, ou seja, se deve levar em conta as questões: geográfica – abrangendo a demografia e o espaço –, político-administrativa, econômica-financeira, religiosa e artística.⁷ É importante ressaltar que, a partir de tais perspectivas, é possível detectar não apenas uma única relação entre centro e periferia, mas várias relações. É a partir do jogo estabelecido entre esses dois flancos de poder (centro/província) que propomos uma reflexão sobre as redes infindáveis de influência que se estabelecem no âmbito político e fora do contexto estritamente institucional. Aqui, as famílias dão uma dinâmica própria às disputas de poder misturando sangue, honra, tradição e interesses econômicos e ligando-se ao centro, através das titulações.

A partir da questão geográfica percebemos a estrutura demográfica como um dos fatores condicionantes da distribuição do poder político, assim como em relação ao diálogo com espaço, observando-se que a densidade populacional também pode influenciar as estruturas de poder. Por outro lado, esta reorganização espacial, além de influenciar na repartição de terras, também possui uma simbologia social e passa a conformar “a mentalidade social e a participar, com outros aparelhos culturais, num trabalho de inculcação ideológica, nomeadamente, na difusão dos valores sociais e políticos dominantes e na constituição duma certa imagem da ordem social”.⁸ A questão da população e sua densidade se constituem em outros dois elementos importantes porque têm implicações diretas na desigualdade do número de representantes nas Câmaras Legislativas, desde o final do período colonial.⁹ Como a organização ministerial deveria contemplar os membros das grandes bancadas, as listas dos potenciais ministros sempre apontavam na direção das províncias que já desfrutavam de grande influência política, proporcionando um rateio dos cargos ministeriais, visando atender as reivindicações regionais.¹⁰

Partindo-se dos condicionantes de distribuição do poder, centrados na densidade populacional, podemos propor uma visão diferenciada das áreas que compunham o território

mineiro. Deixando de lado as divisões geográficas mais recentes, buscaremos analisar o poder, em Minas, a partir das três primeiras vilas: Sabará, Ouro Preto e Mariana, núcleos iniciais do povoamento desta província. A partir destas três vilas podemos determinar o que estamos entendendo por centro e por periferia, assim como podemos nos valer das noções já desenvolvidas por A. J. R. Russell-Wood: núcleo ou centro (vila ou cidade com papel multifuncional) e periferia. A partir dessas noções, ressaltamos que as combinações entre centro e as diferentes categorias de periferia podiam sofrer alterações ao longo do tempo.¹¹

Na década de 50, com o Segundo Reinado já consolidado, o Rio continuou, a exemplo do ocorrido no período colonial, como centro não só para Minas mas para todo o Império. Ouro Preto continuou também como centro político de Minas mas, a partir da década de 1850, começaram a surgir novas formas de contestação, principalmente, das áreas ao noroeste e ao sul da província, fomentando um desejo recorrente de divisão da província.¹² Sem pegar em armas e sem conspirações, essas diferentes partes da província mineira buscaram alternativas para modificar o relacionamento e a ocupação dos postos de poder. Numa visão mais ampla, em relação ao centro do Império e as demais províncias a divisão da província mineira poderia redefinir o jogo do poder já constituído nas Assembléias. Isto porque, juntamente com Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, esta província possuía um número de representantes na Assembléia equivalente ao de dezesseis províncias do Império juntas. As quatro províncias acima citadas tinham força suficiente para “ditar a lei a todo o Império”.

A questão separatista, exposta acima, deve ser levada em consideração mediante uma outra perspectiva, qual seja, as titulações concedidas aos clãs mineiros, uma vez que os clãs envolvidos nos movimentos separatistas possuíam várias titulações concedidas a seus membros. Vale relembrar, a título de exemplo, que o sul da província pertencia à área histórica que se configurou como núcleo da província, a saber, Ouro Preto. Essa área mais antiga da província constituiu-se na maior detentora de políticos e de titulares, ao longo do Império.¹³ Assim, fazendo um balanço das demais áreas oriundas das primeiras vilas,

poderemos construir um panorama mais claro da política e da prática de titulações em Minas.

Na área desmembrada a partir de Mariana, o total de políticos com algum tipo de título nobiliárquico era de aproximadamente um quarto do número de títulos da área de Sabará. Esta última área, por sua vez, possuía dois terços do número de títulos concedidos à área de Ouro Preto. Contudo, vale ressaltar que aqueles políticos com titulações, cujas áreas de origem ainda não foram identificadas, somam cerca de um terço do total de políticos com algum título nobiliárquico. Em termos partidários, podemos observar o que poderíamos chamar de um empate técnico: 32% de políticos com tendência conservadora e 31% liberal, sendo que para os demais - aproximadamente 27% - não nos foi possível identificar a opção partidária. Trata-se de um número bastante expressivo que comentaremos quando da conclusão desse artigo. A área mais ao sul da província correspondente à área de desmembramento oriunda de Ouro Preto e que abrange, ainda, parte das regiões geográficas do Campo das Vertentes, Metalúrgica, apresenta características um pouco distintas do das regiões geográficas do Campo das Vertentes e Metalúrgica. Nestas duas regiões, podemos perceber um maior número de políticos com tendências liberais, o que destoa do equilíbrio entre conservadores e liberais da região Sul, equilíbrio, aliás, que aproxima a região Sul das características apresentadas pela Zona da Mata.

Numa rápida comparação podemos perceber que Minas fez mais Presidentes de Província oriundos da própria terra natal do que no caso da Bahia. Dos 47 presidentes que passaram pela província da Bahia, apenas 17 eram baianos. Esses números foram diferentes para Minas – de um total de 48 homens que presidiram a província, 28 deles eram mineiros. Ainda no que diz respeito à política provincial, outro dado relevante confirma a especificidade das redes clientelares mineiras com um reflexo direto na política efetuada pelas mesmas: Minas apresenta um total de 499 nomes circulando na política provincial, enquanto que a Bahia tem 509. Contudo, se a Bahia tinha 20% desses políticos com uma carreira superior a 6 anos, Minas, diferentemente, possuía uma concentração de poder bem

mais acentuada com apenas 13,6% dos políticos mineiros apresentando carreiras mais extensas.¹⁴ Essa tendência se mantém a nível nacional, conforme apontam os dados referentes aos representantes da Assembléia Geral. Na Bahia, eram 280 cadeiras para 135 políticos. Minas possuía 1/5 de cadeiras a mais que a Bahia e, conseqüentemente, um número de políticos maior: 177, ou seja, 24% a mais que o número de políticos baianos. Minas apresenta, proporcionalmente, uma concentração maior de poder também na política nacional: 30,5% dos políticos mineiros tiveram mais de duas eleições, enquanto na Bahia, 27%. Contudo, a diferença maior reside na dependência dos laços familiares e relações pessoais nas localidades para alcançar a política nacional. Na Bahia, dos 135 políticos apenas 32 (23%) não tiveram mandatos provinciais. Em Minas, dos 177 políticos, 79 (44,6%) não tiveram mandatos provinciais.

Dessa maneira, os dados indicam que as redes clientelistas eram mais intensas em Minas Gerais que na Bahia, já que Minas fazia mais presidentes e tinha uma elite política provincial menor que a baiana. Em termos da política nacional, a elite que circulava na Assembléia Geral era proporcionalmente mais concentrada e ainda apresentava uma particularidade: grande parte dela dependia, exclusivamente, dos laços familiares e de amizade para se elegerem, tendo em vista que não havia passado pela política provincial. Além disso, os dados biográficos dos políticos mineiros não informam muito sobre carreiras burocráticas em massa. Muito pelo contrário: menos de um décimo deles foi nomeado pela Corte para ocupar cargos públicos, registrando-se tratar-se aqui, principalmente, dos quadros do aparato judiciário. Um outro ponto relevante, a partir dos dados expostos, é que esses laços familiares e de amizade se configuravam em redes intensas de sociabilidade. Em outras palavras, mesmo possuindo tendências políticas diferenciadas, as famílias mineiras tinham um alto grau de intersecção, com quase metade de seus membros interagindo na política, tanto no nível provincial quanto no nacional.

De um modo geral, as estratégias de articulação política consistiam em uniões matrimoniais mas também ocorriam através do apadrinhamento. Além disso, as relações de amizade eram consideradas importantes vínculos nessa sociedade, baseada na honra e na

tradição. Portanto, os inúmeros vínculos matrimoniais, de amizade e de compadrio emprestavam aos clãs envolvidos uma considerável consistência na atuação política, seja ela efetuada na Assembléia Provincial ou na Geral. Apenas para se ter uma idéia tivemos a oportunidade de identificar cerca de 31 grupos familiares, com atuação política e com títulos honoríficos que mantêm ligações entre si, buscando aumentar ou sedimentar o próprio poderio político e honorífico.

A partir dos dados expostos, propomos o avanço em relação à proposta de clientelismo, sugerida por Richard Graham. Em outras palavras, acreditamos que, diferente do que, também, coloca Raymundo Faoro, os fazendeiros decorados com baronias, comendas e patentes, não podem ser avaliados como simples cortesãos dos ministros. Assim como, também, não aceitamos, literalmente, a proposta de Richard Graham que vê no clientelismo a força hierarquizante da sociedade imperial.¹⁵ Esse suposto controle e treinamento da elite mineira passava, efetivamente, por outros canais, como a educação, a religião e, principalmente, as mercês – concernente a títulos nobiliárquicos e comendas. Abre-se, portanto, espaço para um outro mercado, diferente daquele voltado para os valores permeados por interesses econômicos e fincados, somente, nos cargos do Império. Falar de titulações, comendas e famílias evocam os valores mais subterrâneos da sociedade mineira do período imperial; evoca um outro mercado de oferta e de procura bastante singular, onde a honra e a tradição são elementos fundamentais e reforçam a sujeição e o sentido de pertença.¹⁶ Por isso, pensar tal processo, dentro da elite política mineira, demanda uma outra lógica. Mesmo sem perder de vista que uma carreira política bem sucedida dependia, em grande medida, de um cálculo preciso de virtudes e situações – abrangendo o nascimento, a cultura e as redes de amizade – o sentido de pertença a um clã era bem forte entre os mineiros, conforme evidenciam o expressivo número de clãs com ligações familiares.

Concluindo, ao longo do artigo foram puxadas várias meadas que precisam ser investigadas com mais profundidade mas que, aqui, servem como pistas para pesquisas futuras. Vale reafirmar, contudo, que pensar a política sem pensar suas bases territoriais,

suas redes clientelares com suas respectivas inserções políticas e seu alto grau de notabilidade empobrece e distorce o olhar do pesquisador que pretenda ter uma noção mais dinâmica dos eixos de poder internos da Província de Minas Gerais e, desta, em relação ao centro do Império; e, se torna quase impossível compreender o tom alaranjado de sua política. Aliás, foi esse quadro, tão bem matizado com o alaranjado mineiro, que emperrou as tendências separatistas dos municípios do Noroeste e do Sul, impedindo que se concretizassem e podem, também, em grande medida, dar uma nova conotação aos dados, sem definição, referentes a opção partidária ao se vislumbrar os vínculos entre políticos e titulares em Minas, assim como, quando trabalhamos a distribuição de políticos por região e definição partidária. Há uma enorme possibilidade de que esses quase um terço de indefinição partidária não representem uma lacuna nos dados pesquisados mas uma tendência daqueles políticos que, insistente ou sabiamente, flutuavam entre a ordem pela liberdade e a liberdade pela ordem.

¹ Doutora em História Moderna e Contemporânea – UFF (Linha: Cultura e Sociedade). Coordenadora e Professora Titular do Curso de História da UNIVALE

² ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

³ GOUVÊA, M. F. S. “Redes de Poder na América Portuguesa. O caso dos homens bons do Rio de Janeiro, 1790-1822”. In: **Revista Brasileira de História**. Vol. 18, n. 36, 1998.

⁴ HESPANHA, A. M. **Às Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político: Portugal século XVII**. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

⁵ GRAHAM, R. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1997. p. 15.

⁶ FRAGOSO, J. L. (et all). “Bases da materialidade e da governamentalidade no Império: uma leitura do Brasil Colonial. In: Penélope, Lisboa, 2000 e XAVIER, A. e HESPANHA, A. M. “As redes clientelares”. In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal. O Antigo Regime**. Lisboa: Estampa, 1993, Vol. IV.

⁷ Ver GINZBURG, C. **A micro história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989, HESPANHA, A. M. **Às Vésperas do Leviathan**. Op. Cit., RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Centro e periferia no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808”. In: **Revista Brasileira de História**. Vol. 18, n. 36, 1998 e GOUVÊA, M. F. S. Op. Cit..

⁸ HESPANHA, A. M. Op. Cit., p. 87; ver também RUSSELL-WOOD, A. J. R. Op. Cit.

⁹ SOUZA, Augusto F. de. “Estudo sobre a divisão territorial do Brasil”. **Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil**. Tomo XLIII, Vol. 61, Parte II. p. 52.

¹⁰ SOUZA, Augusto F. de. Op. Cit., p. 106; MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império (1871-1889)**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. p. 18 e 20; CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Editora da URJ/Relumê Dumará, 1996. p. 120.

¹¹ RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Centro e periferia no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808”. **Revista Brasileira de História**. Vol. 18, n. 56, p. 8).

¹² SOUZA, Augusto F. de. Op. Cit., p. 72.

¹³ Ver GENOVEZ, Patrícia Falco. **O espelho da monarquia: Minas Gerais e a Coroa no Segundo Reinado**. Juiz de Fora: ClioEdel, 2004. Cap. 3.

¹⁴ Para os dados referentes à Bahia ver MATTOSO, Kátia. **Bahia, século XIX: Uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 259 e 265. Para os dados referentes à Minas Gerais ver GENOVEZ, Patrícia Falco. Op. Cit., Parte II.

¹⁵ FAORO, Raimundo. **A pirâmide e o Trapézio**. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1988. p. 38. GRAHAM, R. Op. Cit., p. 99.

¹⁶ FRAGOSO, J. L. (et all). Op. Cit.